

Precariedade na ciência: uma realidade que Governo e Reitores não podem ignorar

O sistema científico e tecnológico, desde as Universidades aos Laboratórios de Estado, passando pelas Entidades sem fins lucrativos, cresceu muito significativamente nas últimas décadas, crescimento esse que só foi possível devido à generalização do trabalho precário na investigação. A precariedade entre os investigadores e restantes trabalhadores científicos é tão elevada que a regra é a existência de uma larguíssima maioria de precários face aos trabalhadores integrados numa carreira. Os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) retratam claramente esta situação entre os investigadores doutorados. Em 2017, havia 208 investigadores integrados na carreira, 722 com contratos a prazo financiados pela FCT e 2377 com bolsa para doutorados. Esta imensa precariedade (15 vezes mais vínculos precários do que estáveis) não é revertida nem pelo Programa Extraordinário de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), nem pelo actual Programa de Estímulo ao Emprego Científico, visto que ambos se têm traduzido numa integração muito residual dos investigadores na respectiva carreira.

Esta situação de prolongada precariedade no sector do ensino superior e ciência resulta, sobretudo, da inexistência de financiamento estratégico para a contratação de trabalhadores científicos e de a principal instituição financiadora das actividades de investigação, a FCT, ter promovido ao longo de décadas concursos internacionais altamente competitivos para financiar a contratação de investigadores com bolsas e, mais recentemente, contratações a prazo (Programas “Ciência” e “Investigador FCT”). Na esmagadora maioria dos casos, essas contratações não conduziram à integração na carreira de investigação científica, contrariando quer os objectivos assumidos por diferentes Governos para os programas de contratação a prazo, quer as responsabilidades explicitamente assumidas pelas instituições contratantes. O alargamento e eternização da precariedade entre os trabalhadores científicos é, pois, a regra. Esta situação está em total sintonia com a defesa explícita pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) do suposto carácter não permanente da investigação e da necessidade de rotatividade de investigadores (comunicado de 6 Março de 2018). Ignora-se, contudo, todos os trabalhos científicos que revelam que a qualidade do trabalho é amplamente afectada pela precariedade dos vínculos laborais e que a produção de conhecimento científico é uma necessidade permanente das instituições académicas e científicas. Assim, à exiguidade de investimento em ciência, incluindo para contratações para as carreiras, soma-se a inenarrável posição do CRUP de bloqueio aos mais diversos modos de integração sobretudo de investigadores, mas também de outros trabalhadores científicos, através dos vários programas actualmente existentes.

Com a entrada em funções do actual Governo e as suas promessas de “erradicar a precariedade” entre os investigadores (Ministro da Ciência dixit), nomeadamente através do lançamento do PREVPAP, foram criadas expectativas elevadas entre os trabalhadores científicos de que a situação de precariedade estrutural no sistema científico e tecnológico teria finalmente os dias contados. Contudo, mais de um ano depois da publicação da Lei do PREVPAP, e dois anos e meio depois da publicação do DL 57/2016 (regime jurídico do emprego científico), os resultados da redução da precariedade são ridiculamente baixos:

- num universo de 1630 requerimentos entregues na CAB Ciência, no âmbito do PREVPAP, apenas 142 investigadores receberam (até 25/02/2019) parecer positivo para integração, ou seja, menos de 10% de sucesso. No caso da Universidade do Algarve, os investigadores candidatos ao PREVPAP que viram os seus processos favoravelmente apreciados, por unanimidade, na Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) aguardam, mais de um ano depois e sem quaisquer garantias, pela notificação da homologação

que, injustificadamente, tarda em chegar. Nenhum investigador foi, portanto, integrado. Esta é, também, a realidade na generalidade dos Laboratórios de Estado. No LNEC e no IPMA, à data de hoje, continua sem ser realizado qualquer concurso para a carreira de investigação científica ao abrigo do PREVPAP, sendo que a contabilização dos requerimentos apresentados no âmbito deste programa revelou que o número de trabalhadores com bolsa representava acima de um terço do total de trabalhadores;

- no âmbito da norma transitória (NT) do DL 57/2016, a 25 de fevereiro de 2019, estavam celebrados apenas 1505 contratos a termo (77% do universo da NT), portanto sem integração na carreira de investigação científica. Esta situação é reveladora do posicionamento das instituições de ensino superior e ciência, que, tendo inscrita na legislação a possibilidade de criação de lugares na carreira docente ou de investigação com financiamento da FCT, escolheram não o fazer, contribuindo assim directamente para a manutenção da precariedade no trabalho científico;

- nos restantes programas de estímulo ao emprego científico da FCT, que no seu conjunto contemplam 3233 posições, apenas serão financiadas 52 vagas na carreira de investigação e 169 vagas na carreira docente;

- apesar da intenção manifestada pelo Ministro Manuel Heitor, durante os três anos de mandato, de eliminar as bolsas de pós-doutoramento, o Conselho de Ministros de 21/02 anunciou a manutenção desta tipologia de bolsas, pondo em causa o avanço inscrito na Lei 57/2017.

Neste contexto, as declarações recentes do Sr. Ministro de que se teria atingido o “pleno emprego” entre os doutorados em Portugal revelam ou um profundo desconhecimento das condições laborais do seu sector, ou uma vontade deliberada de iludir a sociedade, tendo causado, como seria de esperar, um estado de revolta na comunidade científica, que ficou expresso em várias cartas abertas subscritas por milhares de trabalhadores científicos precários.

Estamos a um dia da segunda sessão da Convenção Nacional do Ensino Superior, organizada pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Depois de uma primeira sessão, em Janeiro deste ano, onde não houve lugar para o prometido debate público, o programa da segunda sessão deixa não só antever o mesmo desfecho, como limita a palavra dos investigadores à elite da investigação (investigadores com projectos do *European Research Council*, ERC). Estes investigadores, que no seu todo são cerca de 50 em Portugal, terão certamente uma palavra válida nestas discussões, mas não são certamente representativos das dezenas de milhares de trabalhadores científicos. Enquanto membros activos do sistema científico e tecnológico, vimos requerer que a segunda sessão da Convenção Nacional do Ensino Superior dedicada à “Investigação, Inovação e Ensino” não deixe de debater as seguintes questões, todas elas cruciais para o Ensino Superior e Ciência:

- **Precariedade laboral**

Um debate sobre “Investigação, Inovação e Ensino Superior” aberto a todos e dedicado a discutir os desafios para a próxima década não pode ignorar os vergonhosos níveis de precariedade que sufocam a maior parte do sistema.

- Devem ser extintas todas as bolsas e substituídas por contratos de trabalho.
- Deve ser assegurado o cumprimento da Carta Europeia do Investigador por todas as instituições do sistema científico e tecnológico, através, por exemplo, de um critério de elegibilidade para financiamento pela FCT.

- A autonomia das instituições de Ensino Superior e Ciência deve estar dependente dos níveis de democratização das mesmas; todos os profissionais têm de ter representatividade adequada nos diversos órgãos das suas instituições, direito a eleger e ser eleitos. Tal implica que a regra seja que todos os trabalhadores científicos tenham um contrato de trabalho.
- Devem ser aplicadas medidas para a igualdade de género no sistema científico e tecnológico, dado o reduzidíssimo número de mulheres em cargos de direcção das instituições de Ensino Superior e Ciência.

- **Estratégia a longo prazo**

Uma sociedade baseada no conhecimento só será possível quando a aposta no Ensino Superior e Ciência for uma verdadeira prioridade política e os responsáveis pelo sistema científico e tecnológico ousarem enfrentar os grandes problemas do sistema.

- Exige-se a este e a futuros Governos o reforço sustentado do investimento em Ensino Superior e Ciência e um orçamento estrutural plurianual para a Ciência, que permita uma articulação do investimento em pessoas, projectos e instituições e um pensamento estratégico para além do curto prazo.
- Urgente é também a definição de uma política científica estável, com previsibilidade de financiamentos, que permita a cada actor estabelecer programas de trabalho com metas concretizáveis para lá do curto prazo.
- O desenvolvimento tecnológico e a orientação para o mercado não podem ser os únicos critérios a balizar as estratégias para a Ciência. A investigação nos domínios das ciências sociais e humanas, bem como a investigação fundamental em todas as áreas científicas, são cruciais para o desenvolvimento do nosso país e têm de ser igualmente promovidas.
- É essencial promover uma muito maior diversidade de áreas científicas e representação regional e de subsistemas nos lugares de decisão do MCTES e da FCT.
- Uma aposta estratégica na Ciência, implica também a fixação contratualmente estável da actual massa crítica de investigadores, enquanto ponto de partida para um futuro salto qualitativo. O modelo da investigação assente na precariedade está esgotado e só é passível de produzir mais do mesmo.

- **Dignificação das Carreiras Científicas**

No Ensino Superior e na Ciência o acesso às carreiras é cada vez mais uma miragem. Também a progressão nas carreiras tem sido rara nos últimos 10 anos. As instituições de Ensino Superior e Ciência têm beneficiado do recurso abusivo a vínculos laborais precários, com consequências nefastas na vida de quem tem de trabalhar nessas condições e, a prazo, no almejado sucesso das instituições e do sistema científico e tecnológico como um todo.

- É urgente criar e tornar claras as oportunidades de ingresso na carreira em cada instituição, assim como promover a transparência dos concursos e respectivos mecanismos de avaliação, de modo a reverter a elevadíssima endogamia existente em muitas instituições de Ensino Superior.
- É premente criar mecanismos que garantam a abertura regular de concursos para integração na carreira de investigação científica, seja com receitas próprias das IES ou com financiamento da FCT, à semelhança do que sucede por exemplo em França ou Espanha.
- Urge a extensão das carreiras científicas a não doutorados e o cumprimento do Estatuto da carreira de investigação científica através da contratação de doutorados com salários correspondentes a, pelo

menos, o nível 54 da TRU. Adicionalmente, devem ser incluídos na carreira de investigação os trabalhadores científicos com funções que não estritamente de investigação.

- **Instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL)**

O número de instituições privadas sem fins lucrativos aumentou consideravelmente nos últimos anos. Muitas destas instituições foram criadas por instituições públicas de Ensino Superior como expediente para contornar algumas das restrições impostas a toda a Administração Pública, chegando a gestão das IPSFL a ser realizada pelos dirigentes das instituições públicas que as criaram, ou por pessoas por eles nomeadas, constituindo assim claras extensões instrumentais da instituição a que estão associadas. De notar ainda que estas entidades são maioritariamente, ou quase exclusivamente, financiadas por fundos públicos.

- É preciso definir regras mais apertadas para a atribuição de fundos públicos e fiscalizar a actuação destas instituições, nomeadamente no que respeita ao cumprimento da legislação laboral.
- É preciso obrigar a uma maior transparência na articulação entre as IPSFL, as instituições públicas que as controlam e a FCT.

Debater a investigação científica, tal como o CRUP propõe no programa da Convenção, sem que sejam discutidas todas estas questões é ignorar a realidade do sistema, a começar pelos problemas com que se deparam todos os dias aqueles que mais contribuem para a produção científica nacional.

Sendo a investigação científica um pilar fundamental para o desenvolvimento tecnológico, económico e social, urge um crescimento sustentado do actual investimento em Ciência, uma definição de políticas científicas estáveis e o reconhecimento dos trabalhadores da Ciência. A valorização profissional de todos os trabalhadores associados à investigação científica tarda em impor-se à constante depreciação e desvalorização destes profissionais e dos seus direitos e deveres laborais. O trabalho científico é trabalho!

Precários do Estado

ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica

ACP-PI - Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis

Bolseiros e IFs da FCUL

Bolseiros LNEC

LUPA - LAQV & UCIBIO Postdoc Association

NInTec - Núcleo de Investigadores do Técnico

Núcleo de Bolseiros do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera)

Núcleo de Bolseir@s, Investigador@s e Gestor@s de Ciência da NOVA FCSH

Precários da UAlg - Precários da Universidade do Algarve

Rede de Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia

Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica

14 de Março de 2019